

EPER_{oma}

25 anos de atividade
1000^[1246] páginas de História

de uma instituição esquecida 1971-1996

Contributos para a sua possível elaboração

1971-1996 | IPSAR – Colégio Irmãs Ursulinas – Centro Internacional Caritas

Documentação original



Versão Web
Setembro 2021

[Com 1662 páginas de 121 anexos]



EPER_{oma}

25 anos de atividade 1000^[1246] páginas de História de uma instituição esquecida

1971-1996

IPSAR – Colégio Irmãs Ursulinas – Centro Internacional Caritas
passando pelas «catacumbas» da Paróquia de Santo Agostinho

Cópia da Documentação original
com mais de 100 suplementos em anexo **[1662 páginas]**

Tentativa de compilação de uma narrativa cronológica da vida da Escola Portuguesa de Roma, utilizando toda a documentação recolhida e conservada pelo Autor durante quase duas dezenas de anos de colaboração e compromisso direto na sua atividade, como esboço, e contributo, para a elaboração da sua necessária e verdadeira História.

O contributo que aqui se publica para «comemorar» na data certa o cinquentenário de fundação da EPER destina-se a esse fim: dado que a vida daquela instituição nunca foi fácil e atravessou alguns momentos dramáticos (1986-1988), e não desejando com esta divulgação ferir quaisquer suscetibilidades pessoais, são aqui omitidas considerações/avaliações pessoais que integram o primeiro esboço de uma abordagem mais completa, sempre baseada na documentação disponível e aqui (quase) integralmente disponibilizada.

Fernando Pinho



Apresentação

Introdução

Índice

Está moribundo o Ensino do Português no Estrangeiro (Santa Castilho — 2019)

Uma lacuna por preencher – mãos à obra!	1
Bodas de Prata, Bodas de Ouro	2
Responder a necessidades	3
Partir da realidade	3
Começar pelos alicerces	4
Primeiro, as pessoas	4
Evocar uma história que merece ser narrada	5
250 professores	6
Colaboração e apoio	6
Um «retrato» com falhas e lacunas	7
Encorajamento e primeiras reações a este trabalho	7
Valerá mesmo a pena?	11
Resumindo e concluindo	13
Um Addendum necessário <i>Memorandum</i> RAI-Radiotelevisione Italiana	14
Funcionamento atual [1977] do IPSAR	17



— «Se eu fizesse uma boa ópera,
quem é que ma representava?
— E se o Ega fizesse um bom livro,
quem é que lho lia?»
Eça de Queirós, Os Maias

Dum spiro spero



PÓRTICO

Antes de iniciar, será pertinente ler a seguinte interpelação:

Está moribundo o Ensino do Português no Estrangeiro (EPE)?

Basta uma literacia mínima e a leitura atenta da Constituição da República Portuguesa (CRP) para podermos afirmar que o direito à língua é um direito fundamental. Com efeito, a língua materna é elemento determinante da identidade cultural, estando o seu ensino e valorização permanente consagrados como tarefas fundamentais do Estado [art.º 9º, alínea f) da CRP]. O relevo particularíssimo do papel da língua portuguesa (língua oficial de oito estados independentes, falada em todos os continentes por cerca de 280 milhões de pessoas) para os cidadãos espalhados pelo mundo está bem expresso quando a CRP volta a fixar que incumbe ao Estado “assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa” [art.º 74º, n.º 2, alínea i)]. Apesar disto, as decisões políticas da última década têm promovido a menorização do ensino do português, como língua materna, para os filhos dos emigrantes, revelando um condenável desprezo pela necessidade de manter uma forte ligação identitária (linguística e cultural) de Portugal com a sua diáspora.

Ainda que sem nunca ter sido assumido politicamente como instrumento estratégico importante, o EPE conheceu uma acentuada expansão durante os 30 anos em que esteve sob tutela do Ministério da Educação (em 2000 a rede EPE tinha cerca de 700 professores). Com a passagem, em 2010, do EPE para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, via Instituto Camões, a degradação começou. Os coordenadores do EPE foram substituídos por quem nunca tinha leccionado na rede ou sequer leccionado alguma vez. Em Outubro de 2012 (D-L n.º 234/2012) foi instituída a vergonhosa obrigatoriedade de os emigrantes pagarem 100 euros anuais para os filhos fruírem do direito constitucional de aprenderem português como língua materna. Acresce que o processo de cobrança é iníquo: se os filhos dos emigrantes têm as aulas em conjunto com alunos dos países de acolhimento, ficam isentos e o Estado português financia a aprendizagem dos alunos estrangeiros; se os filhos dos emigrantes têm isoladamente as suas aulas, pagam ou são expulsos dos cursos, como acaba de acontecer na Suíça. Como era de esperar, a maioria dos pais recusou-se a pagar e mais de 20.000 alunos ficaram sem aulas de língua e cultura portuguesas (eram 60.000, serão hoje cerca de 40.000). Distribuídos pelos países onde existem cursos de ensino básico e secundário (Espanha, Andorra, França, Luxemburgo, Bélgica, Países Baixos, Reino Unido, Suíça e Alemanha), restam no corrente ano lectivo 277 professores a ensinar português na Europa, número a que se somam mais 24, que leccionam na África do Sul, Namíbia e Suazilândia.

Lamentavelmente, certamente por razões economicistas (a tacanhez política sempre achou demasiado caro este tipo de ensino), a rede de cursos de EPE nunca foi estendida aos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Venezuela, onde as comunidades portuguesas têm uma presença significativa. Os cursos de português que por lá resistem são iniciativas de entidades escolares locais ou de associações de emigrantes.

Lamentavelmente, o investimento sério e inteligente na divulgação do português, quer como língua materna quer como português para estrangeiros, foi sempre substituído pela esperança mesquinha de que sejam os outros países a pagar e fazer essa divulgação. Nessa linha, o Instituto Camões apresenta à opinião pública em Portugal, iludindo-a, eleva-

dos números de professores de português, que não estão sob sua dependência nem custam um cêntimo ao nosso Estado: são docentes que ensinam nos Estados Unidos, Austrália e Canadá, contratados e remunerados por entidades locais, que não por Portugal.

O Camões transformou o português para luso-descendentes em português como língua estrangeira, impôs exames de português para estrangeiros tendo por norte o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, pensado para adultos e portanto inadequado para o ensino de crianças, particularmente as do 1º ciclo, e nessa lógica insensata criou grupos de aprendizagem conjunta com alunos do 1º ao 12º anos de escolaridade. Milhares de alunos estão a perder o contacto com a língua portuguesa e a esquecer o que aprenderam, quebrando, assim, as raízes linguísticas e culturais e a ligação afectiva ao seu país de origem. Sem que nos estejamos a dar conta, estão moribundos os cursos destinados a manter viva a herança linguística e cultural portuguesa junto das comunidades emigradas.

A 3 de Novembro de 2017, na cerimónia de posse do actual presidente do Camões, o ministro dos Negócios Estrangeiros disse: “Procuramos que a língua que os filhos das nossas comunidades estudam seja uma língua que eles estudem não por ser uma língua do gueto, que eles não são, não por ser uma língua regional, que não é, mas por ser uma língua de herança e uma das grandes línguas globais do mundo de hoje”. Ressalvando que o Camões “não tem o monopólio, nem deveria ter, da promoção da língua portuguesa e das culturas de língua portuguesa”, Santos Silva destacou que este organismo é “o agente principal de promoção internacional do português, das literaturas e das culturas de língua portuguesa”, não sendo essa missão incompatível com a valorização da rede de ensino de português como língua materna, que é “responsabilidade legal, constitucional e até moral” do Estado português. Lembradas à distância, parecem palavras que não foram além da retórica ou que simplesmente soçobraram à substituição de Camões por cifrões.

Infelizmente, o direito constitucional à identidade linguística dos portugueses não está derogado apenas no caso em apreço. De entre outros, atentemos à proliferação provinciana de denominações inglesas para escolas e cursos universitários portugueses [fazendo tábua rasa do Regime Geral das Instituições de Ensino Superior (art.º 10.º, n.º 1)] ou a imposição subserviente de uma língua de negócios a alunos portugueses em aulas desses cursos, dadas por professores portugueses.

A “piropedagogia” dos utilitarismos modernos, inimiga do saber e do conhecimento, vem afastando os jovens das Humanidades e da cultura que importa. A norma é hoje uma sequência de vacuidades, desde que impressionem no imediato. Quando acabámos com os poucos restos de latim que ainda havia no ensino secundário, desligámos a aprendizagem da nossa língua da sua filiação de origem. Quando permitimos a desvalorização da Filosofia, da Literatura e da História nos programas de ensino, deslumbrados pelo progresso tecnológico, começámos a sonegar aos alunos o conhecimento mínimo que os pode situar no mundo, revelar-lhes as raízes e ajudá-los a refletir sobre o futuro.

Uma lacuna por preencher – mãos à obra!

"E todos abandonam a obra pelo convencimento da sua inutilidade" – assim sintetizava o prof. António Filipe, em 1967, o sentido desta passagem de *Os Maias*,¹ ensinando num dos seminários de Fátima onde era titular da disciplina de *História da Literatura Portuguesa*.

Os grandes livros iniciam quase todos com uma mais ou menos longa introdução – que se escreve no fim, se coloca no início e não se lê no princípio nem no fim. No caso desta *compilação* de documentos, a necessidade de começar com algo semelhante foi surgindo à medida que progredia a elaboração/inserção dos documentos: poderá não ser lida, mas afigura-se ao *compilador* como necessária. Não irei, portanto, imitar a atitude dos «tipos» burgueses retratados na obra-prima de Eça, embora a tentação seja forte.²

De facto, porquê e para quê, escrever a *história* da Escola Portuguesa de Roma? Não sendo difícil responder às outras perguntas canónicas do jornalismo – quem, onde, quando, como... – é um bico de obra dar às duas primeiras uma resposta simples, compreensível e aceitável para todos. Em italiano, a questão foi-me colocada por uma ex-aluna e professora da Escola que, com o tempo, terá amadurecido duas ideias fundamentais: uma certa dose de ceticismo é necessária para se compreender a realidade; se quiseres viver com tranquilidade, evita mexer em tudo o que não seja indispensável... Comentou ela, ao saber da ideia: *Ma chi te lo fa fare? A che serve?*

Não consta que alguém ou alguma das ins-

tuições diretamente envolvidas na vida da Escola Portuguesa de Roma, nos três últimos decénios do séc. XX, tenham proposto ou levado a cabo algum trabalho que evocasse a história de uma instituição de ensino e cultural que, nesse longo período, projetou e representou a imagem de Portugal na *Cidade Eterna* desempenhando de forma corajosa, mesmo heroicamente, a sua missão ao serviço da promoção humana, social e cultural da comunidade de língua portuguesa emigrante em Itália.

Seria de esperar que o antigo ICALP, precursor do atual Instituto Camões, a Fundação Gulbenkian, o Instituto Português de Santo António em Roma (IPSAR), a Porto Editora, algum departamento do Ministério da Educação que sobre ela exerceu a sua tutela, os Jesuítas, seus fundadores e pilares, ou mesmo alguma das dioceses de proveniência das dezenas de professores da Escola Portuguesa de Roma... tomassem essa iniciativa.

Mas se é porventura compreensível não ter havido arrojo ou interesse institucionais em evocar e «celebrar» o trabalho de uma Escola que, num dos momentos mais difíceis da sua história, nos anos de 1986-87, ousou desafiar uma das embaixadas de Portugal em Roma reivindicando a continuidade da «proteção» que até então lhe fora garantida,³ menos se compreende o silêncio que sobre ela deixaram «cair» aqueles que lhe deram vida e garantiram o sucesso, ou quem beneficiou da sua ação e do seu serviço em favor do desenvolvimento integral da pessoa e da dignidade humana. Este trabalho procura remediar esse "esquecimento", colmatar essa lacuna.

Não se tratará de desinteresse nem do perder da referida atitude de desprezo, e menos

¹ – «Nos altos meios aponta, efetivamente, Eça de Queirós vários tipos são: o velho Afonso Maia, o músico Cruges e outros da mesma roda, sem excluir o próprio Carlos, cuja excelente educação segundo as melhores regras da pedagogia inglesa poderia ter formado um espírito equilibrado num corpo robusto. No entanto, todo este grupo soçobra e renuncia finalmente: a causa disto encontra-se na sua inadequação ao meio português. Pela sua pretensa superioridade, estes elementos, aliás todos eles burgueses, encontram-se isolados e sem possibilidade de atuar...». António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, 12ª ed., 1982, pp. 928-929.

² – Na 3ª edição da obra, sem data, pela qual estudavam os alunos de Fátima, na frase «Pela sua pretensa superioridade, estes elementos, encontram-se isolados...», em vez da expressão «aliás todos eles burgueses», encontramos outra: «e não os há melhores»... (p. 843).

³ – Por se tratar de uma instituição que estava ao serviço de uma das componentes mais frágeis da sociedade – imigrantes estrangeiros... Em 1986, um destacado *funcionário* estatal português, falando da Escola Portuguesa de Roma e aludindo à identidade de uma parte do seu corpo docente e às características da sua componente discente, africana (formada maioritariamente por cabo-verdianos), comentou, com desprezo, que se tratava de «uma escola de padres e pretos»! Pretendendo atribuir-lhe esse labéu, ofendia com efémera altivez – e inqualificável irresponsabilidade – toda essa comunidade educativa.

ainda de algum complexo de inferioridade existente naqueles que mais lutaram pela sua afirmação e a ela dedicaram as suas energias e saberes ao longo de tantos anos. A falta de tempo pode ser invocada como desculpa, mas não como verdadeira causa. Mais provavelmente, não tendo sido *preservada* a documentação que lhe dizia respeito aquando do seu encerramento, ninguém deitou mãos à obra, limitando-se a «recordar» passivamente, com saudade e elogios, os tempos gloriosos da EPER....

Em 1991, a Escola Portuguesa de Roma (oficialmente *Em Roma*, para transformar em si-

gla mais facilmente pronunciável a sua designação – *EPER* –, que aparecerá repetidamente neste trabalho) comemorou o seu vigésimo aniversário e promoveu para o efeito algumas iniciativas que assinalaram a efeméride. Sem alarde, sem *pompa e circunstância*, foram promovidos atos comemorativos de cariz cultural, de forma modesta e com poucos meios, não tendo havido apoios específicos para isso. Apesar disso, a data foi devidamente assinalada e, embora simples e despretensiosa, a comemoração ficou nos *Anais* da História, sempre efémeros e sujeitos à usura e (re)leitura dos tempos.

Bodas de Prata, Bodas de Ouro

Quase 25 anos passaram desde quando a EPER deu oficialmente por terminada a sua atividade como organização formal de escola em atividade plena (1996) e se ainda não foi escrita uma sua *História*, abrangente ou parcial, também não consta ter havido neste já longo lapso de tempo qualquer evocação ou celebração formal do trabalho que realizou durante um quarto de século! Apenas a saudade e, cada vez mais, o consolidar-se de uma dupla certeza: em primeiro lugar, a de que esse trabalho persistente, realizado em cada ano por três dezenas de professores ao serviço de centenas de alunos, valeu a pena; em segundo lugar, que se tratou de um trabalho de elevado valor, ao mesmo nível e certamente acima da qualidade de ensino garantido então pela maioria das escolas portuguesas.

Além disso, a EPER apresentava uma peculiaridade distintiva: a de ser um caso único no panorama cultural português, um "fenómeno"⁴ notável na história do país fora das suas fronteiras naturais, um centro de cultura vivo

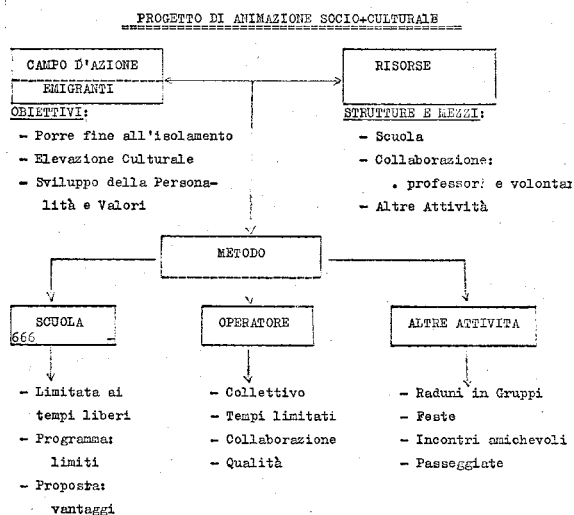
e prestigiado, surgido quatro anos antes da *Revolução de Abril*. Surgiu e afirmou-se sem a intervenção do Estado, embora solicitando (reivindicando) sempre o seu apoio, por vezes em confronto dialético com algumas das suas instituições, pois carecia da sua aprovação e exigia o legítimo reconhecimento formal da sua ação. Colocando acima e à frente de tudo e de todos o ideal de serviço à comunidade de língua portuguesa que vivia em Roma, quase prescindiu do indispensável e auspiciado apoio financeiro para sobreviver e levar a cabo essa sua missão, contentando-se com os magros subsídios que lhe foram esporadicamente concedidos, procurando outras fontes de financiamento para as despesas irrenunciáveis.

Deve-se sublinhar que também a EPER surgiu para dar resposta à procura e necessidade de formação escolar, mas já em 1971 e não só ao serviço da comunidade de emigrantes – Cabo Verde era então uma *Província ultramarina* portuguesa!... – que trabalhavam junto de famílias italianas, no serviço doméstico –, embora nela tenham realizado e/ou completado a sua formação escolar (ensinos básico e secundário) outros emigrantes que exerciam as mais diversas ocupações em Itália. Mas, de facto, um dos traços fundamentais da EPER foi, desde o início, a atenção prestada à numerosa comunidade de cidadãos cabo-verdianos aos quais, até 1975, na antiga colónia, não tinha sido garantido o «pão» da educação no seu nível mais básico – a escolaridade elementar. Precisamente para suprir a esse dever, que o estado colonial não conseguiu cumprir, já em 1969 tinham sido lançadas as bases da EPER.

⁴ – Algo equiparável, como então constou nos gabinetes do Ministério da Educação, quando procuravam orientar-se no tratamento a reservar à EPER, ao que existia na África do Sul e no Zaire, para filhos de emigrantes portugueses. A EPER era também muito diferente de outras Escolas então abertas pelos consulados em países europeus de emigração portuguesa (França, Alemanha), para responder às necessidades de escolarização de emigrantes – mas tratava-se de crianças em idade escolar, não de emigrantes adultos, só portugueses, com professores destacados para a lecionação: a EPER, com a sua componente preponderante de cabo-verdianos e um corpo docente «recrutado» *in loco*, formado por voluntários maioritariamente a estudar nas melhores universidades romanas e a viver em colégios e institutos de formação superior, era caso único.

Responder a necessidades

A Escola Portuguesa de Roma nasceu e cresceu, portanto, a partir de uma preocupação prática: dar resposta a uma necessidade concreta, muito bem identificada. As pessoas que procuravam ajuda para melhorarem a situação existencial em que viviam em Roma, em contextos sociais e culturais muito diferentes daquele de onde provinham, trabalhando como *criadas domésticas*, pediram ou aceitaram, sem hesitar, o desafio de se valorizarem através da alfabetização, da conquista de um *certificado* ou diploma que comprovasse um nível mais elevado de estudos, o que correspondia não só a uma valorização pessoal através do próprio enriquecimento cultural, mas que era também condição para uma melhoria da qualidade de vida em termos de consciência da condição de trabalhadores imigrantes (na sua imensa maioria, mulheres).



A realidade da comunidade de expressão portuguesa que vivia em Roma na década de setenta do século passado ficou bem descrita no esboço de intervenção social e cultural elaborado por um comboniano, ordenado sa-

cerdote em Roma, em 1977.⁵ Tendo sido professor de História no Ciclo Preparatório, em 1976, com outros portugueses conhecedores das dificuldades e dos problemas vividos por essa comunidade, procurou contribuir para melhorar a sua condição social e humana: nesse projeto de intervenção em favor dos trabalhadores imigrantes portugueses, redigido em bom italiano e intitulado «Projeto de Animação Sociocultural», a EPER assume um papel preponderante. Embora extenso, trata-se de um documento que é necessário conhecer na sua formulação original porque descreve em pormenor a situação existencial da comunidade à qual a EPER se dirigia, mesmo desconhecendo-se o impacto e o êxito que essa iniciativa obteve, para além da resposta dada pela Escola, e a forma como foi avaliado pela instituição à qual se destinava, parecendo tratar-se de um exercício académico elaborado na área da Sociologia. O esquema desse trabalho, reproduzido ao lado, permite deduzir o seu conteúdo, articulado em 7 páginas que se publicam integralmente no primeiro capítulo deste trabalho, juntamente com outra documentação daquela época, inerente ao tema (ver páginas 54-59).

⁵ – O P. Manuel Alves Pinheiro de Carvalho foi, a partir de 1 de janeiro de 2002 superior provincial dos Missionários Combonianos em Portugal. Natural de Nogueira da Regedoura, concelho de Espinho [...], depois de frequentar os seminários combonianos em Portugal e Espanha, cursou teologia no Porto e em Roma, tendo sido ordenado em 1977. Até 1983 dedicou-se à formação de seminaristas em Portugal, altura em que partiu para a África. Trabalhou como missionário no Malawi, onde foi, durante seis anos, provincial da província comboniana do Malawi-Zâmbia, empenhando-se na renovação dos métodos de trabalho pastoral daquela circunscrição na África austral através da elaboração de uma carta de evangelização (definindo objetivos, métodos e meios da pastoral da missão). Em 1996 voltou para Roma, onde até dezembro de 2001, exerceu na sua congregação as funções de secretário-geral para a evangelização. [Fonte: Revista *Além-Mar*: <https://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFIAppFpumuHfXxKg>]

Partir da realidade

A resposta que a partir da década de setenta do séc. XX começou a ser dada pela EPER à sede de saber de pessoas que ambicionavam também alcançar uma vida melhor, não só pelos jesuítas estudantes universitários que em Roma realizavam estudos superiores e de especialização, não começou, pois, pela teoria,

mas pela prática, pelo abecedário, pela alfabetização e, progressivamente, subindo grau a grau os diversos níveis de ensino, pelo aperfeiçoamento e desenvolvimento da oferta formativa e da qualidade do ensino. Por "teoria", entenda-se aqui o conjunto das leis, normas, regulamentos, despachos ministeriais que de-

finem programas, habilitações dos docentes, estrutura do estabelecimento para o ensino e tudo quanto se exige e compreende que seja exigido para regulamentar o funcionamento das escolas de um país civilizado. E assim deveria também ter acontecido, desde o início, com a EPER: os alunos mereciam e tinham direito a beneficiar de todas as condições para se desenvolverem como pessoas cientes e

conscientes da própria dignidade humana, dos seus deveres e dos próprios direitos – a começar pelo direito à educação. A realidade, porém, especialmente naqueles tempos ainda de ditadura, pobreza e atraso – em Portugal, mas sobretudo nas antigas colónias (nomeadamente, em Cabo Verde) – estava longe de corresponder aos ideais propostos nos documentos sobre direitos "universais".

Começar pelos alicerces

Assim, o trabalho da EPER partiu da situação concreta das pessoas e organizou-se para começar a construir a casa pelos alicerces: aprender a ler, escrever e contar, a pensar e raciocinar com mais propriedade, a partir da tomada de consciência precisamente não só dos deveres mas também dos direitos: a OMCV,⁶ o movimento em defesa da dignidade

da mulher cabo-verdiana, teve em Roma uma adesão imediata e convicta, também como consequência dessa tomada de consciência e reivindicação da própria dignidade. Neste «historial» voltaremos a falar da Organização da Mulher Cabo-verdiana, aqui referida apenas a título de exemplo, porque as demais consequências do "crescimento" (amadurecimento/enriquecimento) cultural e humano não terá porventura deixado marcas visíveis em termos de associações criadas, mas não deixou por isso de ser igualmente marcante ao nível da «história» pessoal de quem passou pela EPER, como aluno ou professor.

⁶ – A Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), fundada em 1981, por várias mulheres que participaram no processo da luta de libertação nacional, entre as quais a falecida ativista Paula Maria Fortes, teve em Roma de imediato uma grande adesão e tornou-se um polo agregador da comunidade, não só feminina. Com sede oficial na Cidade da Praia e com mais de mil membros, é hoje uma ONG que se propõe dar voz às mulheres cabo-verdianas. As suas áreas de intervenção são, entre outras, a saúde, os direitos da mulher, formação e capacitação profissional, educação pré-escolar, novas tecnologias de informação e comunicação, microcrédito, atividades geradoras de rendimento, género população e desenvolvimento, empreendedorismo feminino. (<https://aviagemdosargonautas.net/2014/03/09/cabo-verde-17/>)



Primeiro, as pessoas

«O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado». [Mt 2,18]

A organização dos «cursos» de ensino nos primeiros dez anos da EPER obedeceu, no entanto, de forma substancial, às obrigações e regras do sistema de ensino português, mas o cumprimento literal das determinações legais não podia constituir a primeira preocupação dos seus líderes e responsáveis. A correspondência encaminhada para e recebida de Lisboa pela EPER nesses anos, não tem por «assunto» pedidos de envio dos despachos normativos do Ministério da Educação (nas suas várias designações), para consulta ou conhecimento, mas outros tipos de solicitações, tendo sempre em vista o cumprimento de um dever que precede a observância de regras, quantas vezes desnecessárias e muitas vezes distantes

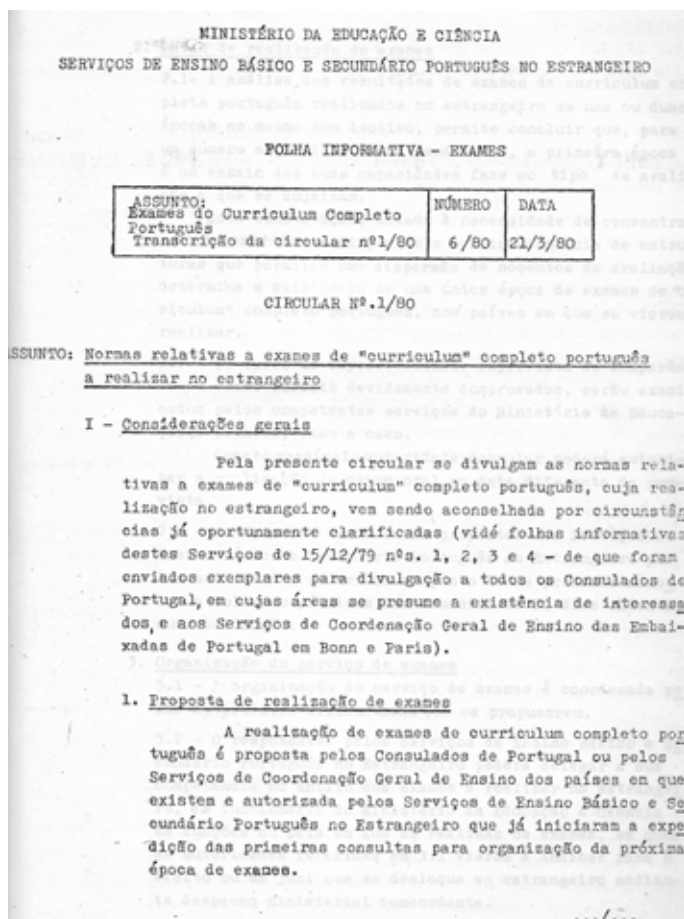
das necessidades reais das situações a que se referem (o que também se compreende, valendo as leis *erga omnes* e não *trabalhando o legislador* em função de uma escola em particular). O dever sempre pontualmente cumprido foi o de documentar, informar, prestar contas, trabalhar com total transparência e sem subterfúgios ou segundas intenções, e de respeitar, na medida possível, as indicações recebidas – por outras palavras, colocar o aluno no centro de toda a ação e das preocupações da EPER, dando prioridade ao conteúdo. De facto, não se começou pelo estudo do quadro normativo para verificar se a EPER poderia de imediato cumprir os requisitos legais do seu enquadramento: a opção dos seus

fundadores e primeiros animadores foi a de criar uma estrutura à medida (das aspirações e dos anseios) dos seus destinatários: vêm primeiro as pessoas, e não as leis, que devem ser feitas precisamente para as servir e resolver as suas necessidades.

Confirma esta orientação baseada na realidade o facto de uma «Folha Informativa» do Ministério da Educação e Ciência, de 1980, contendo as «Normas relativas a exames de "currículum" completo português a realizar no estrangeiro»

só ter sido enviada pelos SEBSPE⁷ à Escola em meados da década de oitenta. Na prática, tais normas eram substancialmente cumpridas na EPER, pois correspondiam à prática já experimentada pelo corpo docente no seu longo percurso escolar e académico, em Portugal e no estrangeiro, só se sentindo a necessida-

⁷ – Serviços de Educação Básica e Secundária de Português no Estrangeiro, uma sigla que aparecerá neste trabalho centenas de vezes, com algumas variantes.



de de as analisar e aplicar de modo mais escrupuloso, literal, quando se tornou obrigatório cumprir em primeiro lugar a letra da lei (deixando a burocratas, técnicos e inspetores ministeriais a sua interpretação). Tudo isso se compreende, embora fosse preferível reger-se nas tarefas do dia-a-dia pelo império do bom senso e da flexibilidade aconselhadas por cada situação, sabendo que em geral o ótimo é inimigo do bom e que a sabedoria livresca deve estar subordinada ao princípio da realidade e

sabendo também que... a exceção confirma a regra. Não se trata de relativizar o profissionalismo, que é importantíssimo, mas de evitar radicalismos e o exagero «policial» (picuinhas) que, como escribas implacáveis, impõem o cumprimento do que «está escrito», sem compreenderem que essa «obediência» cega – «procurando, como se diz em Itália, «o pelo no ovo» – pode matar precisamente o espírito das leis!

Evocar uma história que merece ser conhecida

Este trabalho, construído a partir de uma parte da documentação original conservada em fotocópia, pretende remediar um longo e gritante *silêncio*, o imerecido *esquecimento* de uma instituição que tem *uma longa história para narrar* e ensinar. Este pretende ser apenas um modesto contributo para evocar e avivar essa *história* e a sua memória. Trata-se de um contributo parcial e pobremente elaborado, pois a história da EPER mereceria a pena de alguém com pergaminhos de historiador que espremesse do material existente o néctar precioso que encerra e lhe desse a necessária sistematização científica. Como se

disse, a EPER esteve sempre mais concentrada em cumprir de forma exemplar e completa a sua ação educativa ao serviço da emancipação da comunidade de língua portuguesa residente em Itália (embora com sede em Roma, alguns dos seus alunos viviam longe da capital italiana), do que preocupada em cuidar da sua afirmação formal e do reconhecimento do seu «modelo» de instituição cultural por parte das autoridades – portuguesas e italianas. Como se disse, teve no entanto também essa preocupação, ocupando-se das exigências burocráticas indispensáveis para garantir a sua existência formal de modo a poder de-

envolver legalmente o seu trabalho – e não se tratou de minudências, especialmente quando as exigências apresentadas pelas autoridades italianas no sentido do seu reconhecimento formal levaram à criação de uma «Associação» que a «sustentasse» oficialmente e lhe pudesse garantir a necessária personalidade jurídica. Dessas preocupações encarregou-se, sobretudo em 1983, quem residia de forma estável em Roma,



podendo assim dar continuidade aos extenuantes processos e recorrendo também à preciosa colaboração de uma destacada figura do mundo académico italiano, o Prof. Leo Magnino, grande conhecedor e divulgador da cultura portuguesa no mundo, que foi um dos elementos centrais nesse processo, apoiando como assessor a criação da AEPER e contribuindo para a sua afirmação.

Mais de 250 professores

Estão assim enunciados alguns traços característicos da EPER, a começar pelas suas origens, que definem os destinatários da sua ação, e o *estilo* que marcou a *luta* de duas centenas e meia de professores que durante um quarto de século trabalharam em Roma ao serviço da promoção cultural e humana da comunidade de língua portuguesa.

Esses professores acreditaram na EPER e dedicaram uma parte substancial do seu tempo livre aos alunos – alguns, mais do que «tempos livres». Muitos fizeram-no durante todos os anos em que, encontrando-se temporariamente em Roma, cumpriam outras tarefas mais exigentes com que se haviam comprometido e que justificavam a sua presença na Cidade Eterna. A lista do corpo docente de

cada ano aparecerá na abertura de cada capítulo e, completa, no final desta obra. Evocar o trabalho realizado por esses «magníficos voluntários», referir os êxitos alcançados pelos alunos, as dificuldades superadas, reconhecer os *feitos* que ficaram a assinalar o caminho percorrido por esta instituição, dizer por que vale a pena comemorar e colocar *nas prateleiras* da memória histórica a pegada por ela deixada no passado cultural português e levada, a partir de Roma, a Portugal e ao mundo, pelas centenas de cidadãos que nela estudaram, se desenvolveram e prepararam para, por sua vez, deixarem a própria pegada nas sociedades onde vieram a estabelecer-se, aí trabalhando, vivendo, amando e sofrendo, eis o objetivo deste *necessário* trabalho!

Colaboração e apoio

Para que essa «epopeia» pudesse «acontecer», falta referir desde já a colaboração e os apoios recebidos de instituições eclesiais, sociais, culturais e estatais, nomeadamente das autoridades de Portugal e de Cabo Verde, através das suas embaixadas em Roma, dos serviços dos Ministérios da Educação de ambos os países, das Irmãs Ursulinas de Verona, da Caritas Diocesana de Roma, do Conselho Pontifício *Cor Unum* (Vaticano), do ICALP, da

Fundação Gulbenkian, de diferentes pessoas singulares, sócios da AEPER, mas, antes e acima de tudo – repita-se –, dos professores que, quase todos em regime de voluntariado, se dedicaram generosamente ao ministério do ensino, dando o contributo mais precioso: o seu tempo e as suas competências para que os alunos tivessem ao seu serviço uma verdadeira Escola.

Atividades de enriquecimento pessoal (extracurriculares)

Não pode terminar esta breve lista de «beneficentes» sem referir o nome de uma figura que marcou de modo igualmente indelével a EPER – o missionário escalabriniano Mario Maffioletti que, de modo atento, discreto, de-

licado e sempre sorridente, sozinho ou ajudado por seus colegas e integrando-se na dinâmica dos centros de



apoio à comunidade emigrante, ofereceu na EPER e à EPER um serviço de assistência religiosa e social coerente com o carisma do seu

Instituto, colaborando de maneira dinâmica em todas as iniciativas e atividades promovidas ao longo dos anos.

Um «retrato» com falhas e lacunas

É sobre esse caminho, sobre essa *caminhada* e essa *marca de qualidade* que falam os capítulos desta despreziosa narrativa, que é também uma singela homenagem a toda essa comunidade escolar.

Será um retrato verdadeiro mas certamente incompleto – por impossibilidade de o ser, nomeadamente por ser escassa e lacunosa a documentação disponível relativa aos períodos inicial e final da sua história, e por incapacidade de lhe conferir de modo verdadeiro todas as feições que a EPER assumiu ao longo do seu percurso. É assumidamente um *repositório*, uma *compilação*, um *revisitar* dos documentos conservados, para que não levem definitivamente descaminho, envelhecendo e expondo-se ao perigo de serem devorados pelo... *caruncho* – no duplo sentido de destruição física e/ou perda de memória. Esta *visita guiada* à referida documentação, porque se apresenta de forma *comentada* – aqui, como e pelo que se disse, em termos mínimos – para facilitar o seu enquadramento cronológico numa presumível viagem ao passado, utilizará indistintamente dois registos linguísticos – português e italiano – de modo a disponibilizar, na sua versão original e autêntica, aqueles documentos que permitem reviver os momentos mais importantes da história da EPER.

Trata-se de um trabalho elaborado a partir de uma grande diversidade de "documentos" cuidadosamente guardados, em dossiês diferentes mas sem uma ordem de «catalogação» lógica – temática ou cronológica. A sua utilização aqui seguiu um critério prático de *arrumação* mais ou menos cronológica, à medida que ia procedendo a digitalização, sistemática e completa, dessa documentação, tendo em vista a construção de um «mosaico» de referências, notícias e relatos que, no final, oferecesse ao Leitor um painel elucidativo da vida da EPER: haverá nele vastas zonas «descobertas», sem pedrinhas de mosaico, mas o resultado será apesar disso um quadro abrangente, inteligível e, sobretudo, válido como panorama global da grande História escrita por quantos trabalharam e estudaram na Escola Portuguesa de Roma durante os quase 25 anos aqui considerados. Para os últimos, após a renúncia de quem aqui escreve a assumir tarefas de direção (1992-93), e depois da sua saída definitiva da EPER (1994), a documentação conservada é muito escassa e baseia-se essencialmente em relatos de quem, nos poucos anos seguintes de sobrevivência da Escola, deu continuidade ao trabalho e teve a responsabilidade e a ingrata tarefa de proceder ao seu encerramento.

Encorajamento e primeiras reações a este trabalho

Será decerto pertinente referir desde já a forma como alguns antigos protagonistas da vida da Escola reagiram a uma mensagem que, em finais de 2017, lhes comunicava a intenção (do autor destas linhas) de empreender este trabalho. A mensagem, enviada no dia 9 de novembro de 2017, foi dirigida em primeiro lugar ao professor José Maria Pacheco Gonçalves:

Abri há dias um dos três «faldoni» onde conservo cópia da papelada da «nossa» antiga Escola romana, com o intuito de iniciar uma sua organização (cronológica, por ser mais fácil e porque será também a mais lógica) para redi-

gir uma possível «História da EPER».

Uma parte desse material consiste em documentos que poderão dar conteúdo a uma «narrativa» certamente objetiva – e ser incluídos integralmente, como anexos, nessa eventual obra – mas já verifiquei que há anos para os quais conservo pouco ou nada.

A EPER começou em 1971 e, portanto, daqui a alguns anos terão decorrido 50 anos desde a sua fundação (embora a Silvina tenha começado a dar explicações privadas em 1969, tentando fazer recuar para esse ano o início da EPER, como escreve num dos «Memoriais» conservados). Penso que valeria de facto a pena

tentar uma «comemoração» documental dessa efeméride.

Não seria difícil reunir alguns testemunhos de antigos professores e membros do ConsDir – exceto a Isabel Minervini, estão quase todos ainda vivos, felizmente, a começar por nós... O risco, porém, seria termos uma coletânea de «panegíricos» e como nem todos aceitariam escrever, a representatividade ficava por conseguinte à partida comprometida. Contudo, esta poderia ser uma iniciativa a promover: solicitar depoimentos, possivelmente a todos, para depois selecionar alguns ou fazer uma publicação integral... Queres pensar nisso? A um convite feito por ti ninguém resistiria...

A minha intenção, porém, seria reunir o maior número possível de dados e documentar a evolução da EPER ao longo dos 25 anos da sua história, evidenciando os momentos mais salientes. Para isso, que documentos terão sido conservados quando ela acabou? Estão acessíveis, hoje? Onde? Ouvi falar num CD em que terá sido reunida e conservada a documentação (só a essencial?). Tens esse CD?

Na hipótese de avançar na tentativa de escrever uma «História» (ou Memórias?), poderias tu encarregar-te de documentar os últimos anos, até ao encerramento?

Julgo que seria interessante – e quase «obrigatório» – recordar essa história: não só para nós, mas também para os jesuítas, os cabo-verdianos, os Scalabrinianos, etc., etc., os protagonistas de então. Talvez o atual Instituto Camões (e a Gulbenkian, que ofereceu livros) pudessem ser desafiados a colaborar...?

Quanto à forma, a edição/publicação de livros tornou-se hoje complicada e só os «sacerdotes» consagrados da escrita têm editoras que os promovem. Mas uma publicação interativa em sites dedicados à cultura/história portuguesa e de Cabo-Verde, ou simplesmente através do Facebook, permitiria inclusivamente dividi-la em várias partes e disponibilizar toda a documentação pertinente. E... corrigi-la, caso fosse necessário.

A tua opinião, a tua colaboração, o teu apoio, as tuas sugestões... são esperadas.

*** *** ***

Ao dizer Facebook, pensava-se num blogue ou num site dedicado, desde que neles fosse possível publicar ficheiros em formato PDF, pois os documentos seriam gravados nesse formato digital. O antigo diretor e professor

da EPER, também correspondente em Roma do *Jornal de Notícias*, reagiu de imediato, enviando no dia seguinte esta mensagem:

Obrigado pela ideia e pela iniciativa.

Ao partir de Roma deitei muita coisa fora, do que já me arrependi, em vários casos.

Praticamente, não conservei nada da Escola Portuguesa. Mas ainda posso tentar remexer alguma papelada que tenho para conservar.

Nos últimos anos da Escola, nada acompanhei (participei apenas no concerto final, que assinalou o encerramento, com a Marisa, se não erro).

Quem deverá ter mais material é a Manuela Borges. Suponho que mantém a mesma direção em Roma, embora porventura agora viva mais por cá. Há que a contactar. (Outra pessoa que talvez possa recordar algo é a Dulce, que continua na RV). Não tenho o tal CD a que te referes (e de cuja existência não recordo ter ouvido falar). Vamos a ver o que se pode fazer. Aplaudo a ideia.

Tenho boa vontade em colaborar no que puder.

Animado por esta primeira reação, a mesma mensagem foi endereçada no dia 13 de novembro às professoras Manuel Tapada Borges e Dulce Araújo Évora, com este «cabeçalho»:

Reencaminho para as duas, seguindo o conselho do P. José Maria, a quem enviei há dias a mensagem que podem ler mais abaixo e que me dispensa de a reformular.

Tinha ficado com a ideia de que tinha sido ele, com a Isabel Minervini, a guiar a EPER depois de mim. Para não me alongar, o que pergunto – e peço – é se conservam documentos, nomeadamente o referido CD, que possam completar a documentação que eu conservei, em fotocópia e só até 1992, e o que pensam da ideia, e que contributo pessoal podem dar (sugestões, testemunhos...).

Por enquanto, «isto» não passa de uma... ideia (pazza?).

Obrigado e um abraço.

No dia 17 de novembro, chegava ao remetente, vinda de Roma, a seguinte mensagem da antiga professora e jornalista na Rádio Vaticano:

Recebi o mail, e acho uma muito boa ideia, escrever a história da EPER. Eu tenho procurado sempre, nos nossos encontros, sublinhar o importante papel que a Escola desempenhou na história da comunidade cabo-verdiana aqui. Infelizmente, não tenho o tal CD nem outros documentos escritos. Quando estavam para encerrar a Escola, um dia fui lá e estavam várias coisas no corredor para serem deitadas fora e recuperei alguns livros e fotos. Destas últimas tenho emprestado sempre para exposições e muitas não me foram restituídas. O único material que tenho é relativo a uma emissão que fiz na altura do encerramento. Por isso, não sei bem como ajudar. Fico, de qualquer modo, à disposição para o que estiver ao meu alcance.

Antes, porém, da resposta de Dulce Araújo, e muito importante pelo seu conteúdo, justificando-se por isso a inserção desta «correspondência pessoal» nesta introdução, chegou, logo no dia 14 de novembro, esta preciosa comunicação de Manuela Borges:

Foi um prazer ter notícias tuas. Eu já não tenho o apartamento em Roma, pois agora a minha profissão é a de Avó e estou em Cascais. No entanto, quando fiz as mudanças para a terra do Ângelo, conservei algumas coisas da Escola, a documentação do encerramento e alguma documentação da qual eu não tinha conhecimento. Dei as fotografias ao Zé Maria e penso que o CD de que falas é o CD que fizemos com o nome de todos os professores e alunos que passaram pela Escola e dos quais havia documentação comprovativa; uma cópia ficou na embaixada para eles poderem passar declarações e outra tenho eu em Itália. Vou lá no Natal e posso trazer tudo aquilo que tenho. Na embaixada, também ficaram alguns documentos relativos a autorizações do Ministério da Educação português e que às vezes eram necessários para as declarações. Passei lá um dia a explicar tudo, mas de vez em quando têm dúvidas e telefonam-me. Na altura, quem tratava de tudo era a Enrica mas agora é uma rapariga italiana que não me recordo o nome. Todos os livros de termos estão lá conservados e foram mandados encadernar. Dei os livros a Santo António e alguns a uma biblioteca de Roma. O dinheiro que tínhamos na Caixa foi para um concerto com a Dulce Pontes, no Teatro Guio-ne, casa cheia, e para apoiar um projeto em Timor, de alimentação e vestuário para crianças

de uma Escola. Acho que era um projeto dos salesianos. Como podes imaginar, as casas não esticam e não pude conservar tudo aquilo que talvez valesse a pena. Eu também muitas vezes penso que a Escola merecia ser mais conhecida principalmente quando me calha ver ou ouvir alguém contar histórias de portugueses que estiveram ou estão em Itália e deram a conhecer Portugal, mas depois abro a condecoração que tive (uma rodela de uma rolha com uma fita de seda) e recordo os bons tempos que passamos e tudo passa.guardo notícias tuas.

Eram notícias «preciosas» e fiáveis. No dia 18 de novembro, José Maria integrava a sua comunicação anterior, acrescentando:

Sobre um CD com a história da EPER, de que falaste e que disse ignorar, pensando melhor, creio recordar que houve e foi distribuído naquela fase final, de liquidação geral. Mas nem disso tenho a certeza. Não me lembro de o ter visualizado, mas também me custa a crer que o tenha deitado fora, caso o tivesse. Por isso vou tentar procurar a ver se o encontro.

A troca de mensagens prosseguiu nas semanas e meses seguintes, solicitando o empréstimo de documentos que os destinatários das mensagens pudessem ter guardado, nomeadamente os boletins informativos da AEPER (que foram aparecendo – todos, menos dois), pedindo esclarecimento ou integração de dados sobre questões como, a título de exemplo, a do Instituto ou Centro Cultural, a propósito do «achamento» da reportagem de Pacheco Gonçalves sobre o mesmo, publicada em 7/9/85 no JN. À jornalista da Rádio Vaticano Dulce Araújo foi solicitado o empréstimo das fotos que ela conservava: viriam a ser enviadas por correio registado e, depois de digitalizadas, foram-lhe de imediato restituídas, tendo-lhe sido entregues pessoalmente por José de Oliveira Ferreira, outro antigo Amigo da EPER, em março de 2018.

No dia 2 de janeiro de 2018, além de aos três primeiros interlocutores, foi enviada também à antiga professora de Francês na EPER, Maria Odete Martins, uma cópia do nº 18 do Boletim informativo da AEPER, entretanto encontrado, e de um dossiê sobre a comemoração do X aniversário da independência de Cabo

Verde, em 1985, com a seguinte mensagem, formulada em italiano.

Buon giorno – a tutte e quattro:

Da quel dì, fino ad oggi, non ho più smesso di dedicarmi al certosino compito di trasporre dal formato cartaceo a quello digitale la documentazione conservata come archivio personale dell'EPER. Soprattutto la decada di ottanta è ben coperta (anche troppo). Dunque, materiale per scrivere una "storia" non mancherebbe – finora mi sono limitato a preparare il materiale ordinandolo cronologicamente (era messo alla rinfusa, disordinato, nei vari faldoni che conservo).

Per mantenere vivo l'appetito vi "offro" il bollettino commemorativo dei vent'anni e, dato che ho deciso di non buttare via niente, offro soprattutto a Dulce una parte della documentazione del I Incontro della Comunità Capoverdiana (esiste tuttora?) che, nei giorni 22-23 giugno 1985 ha celebrato i dieci anni dell'indipendenza di Capo Verde: a chi potrebbe interessare di leggere (o aggiungere al proprio "patrimonio documentale") le conclusioni e alcuni interventi di quell'evento? COM'ERAVAMO...!

Oltre a raggruppare in un unico file la "cronistoria" della vita della scuola (organizzazione, corrispondenza ufficiale, risultati...) sto creando dei supplementi, come questi (bollettini, «pautas» degli esami, materiale didattico, ecc...) destinati ad essere eventualmente inviati a chi ne sarà interessato.

Chi altro, degli antichi «combattenti», potrebbe essere interessato o invitato a condividere questi «ricordi» e a dare suggerimenti per l'eventuale risultato finale?

Spero di non essere stato molesto e, come abbiamo imparato a dire..., rimango in attesa di un gentile riscontro... ossia, di idee, suggerimenti.

Dois dias depois (4 de janeiro), utilizando sempre o correio eletrônico, seguia para os primeiros três interlocutores uma cópia em PDF também dos boletins 7-8-9, com esta informação:

Bom dia, José Maria, Dulce e Manuela,

À Manuela ainda não tinha perguntado se, por acaso, conserva (todos ou alguns) boletins da AEPER.

Continuando na tarefa de passar para formato digital a documentação da EPER que conservo,

encontrei mais estes três. Vão com qualidade mínima, para não tornar demasiado pesados os ficheiros – mas a qualidade de impressão destes exemplares infelizmente é muito baixa, embora permita a leitura integral dos textos. Num deles (nº 9) aparece um lindo «retrato» dos italianos...

Julgo que (no meu sótão) não vou encontrar mais nenhum, pois já "revirei" tudo, e assim, para completar toda a coleção (até ao nº 23 – ou terá havido mais algum?) faltam-me SEIS: os números 4, 10, 11, 12, 13 e 19. Se a Manuela ou "alguém daqueles tempos" os tivesse e pudesse emprestar, eu devolvê-los-ia na volta do correio.

Como consta na mensagem acima, faltavam («mancaño all'appello») diversos números dos boletins da AEPER. A solicitação anterior, dirigida especialmente à Prof.^a Manuela Borges, teve pronta resposta, no dia 6 de janeiro:

Infelizmente não conservei nenhum boletim porque as casas não são elásticas e em Roma não tinha arrecadação. Pode acontecer que na documentação conservada esteja incluído algum que na altura do encerramento considere importante, mas tens que esperar até 10 de fevereiro, quando for novamente a Pianella. Vou tomar nota dos números.

Entretanto, passou o dia 10 de fevereiro – e mais quase três meses – sem qualquer sinal de vida, sem a esperada informação de que algo pudesse ter sido encontrado em Pianella. E, tendo chegado à compilação dos documentos relativos à década de noventa, não encontrando «grande coisa» a respeito dos seus primeiros anos, decidi interpelar diretamente uma outra fonte possível de documentação. Não tanto para diversificar as fontes de informação, como é boa praxe e necessário, pois as já referidas eram e são mais do que fiáveis, mas com a única intenção de enriquecer e integrar os documentos conservados. Assim, no dia 6 de abril de 2018 seguiu para o Responsável pela Secção Consular da Embaixada de Portugal em Roma, Dr. Fernando Morgado, o seguinte pedido que, para conhecimento, em BCC, foi ao mesmo tempo enviado também para os endereços dos três habituais interlocutores. Começava com a apresentação do remetente: "Vivi em Roma desde 1968 até 1996 e, durante vinte anos trabalhei na Escola Por-

tuguesa de Roma (conhecida pela sigla EPER) que, como certamente sabe, funcionou desde 1971 até 1996, ano em que regresssei definitivamente a Portugal, após 21 anos de trabalho no Vaticano.

Tendo agora terminado também a minha carreira de professor e aproximando-se o cinquentário de fundação da EPER, tendo conservado em fotocópia uma grande parte da documentação relativa a essa instituição – conservo nomeadamente todos os boletins informativos da AEPER publicados desde 1984 até 1993 (exceto dois, números 4 e 10, que gostaria de recuperar) – comecei a redigir uma sequência cronológica dos factos que marcaram a existência dessa benemérita instituição, cuja história parece estar hoje praticamente esquecida.

Por razões de trabalho – as minhas funções

como responsável pelo Serviço de Documentação na sede central da Rádio Vaticano obrigavam-me a ausentar-me de Roma por longos períodos, por ocasião das viagens apostólicas de João Paulo II – interrompi a minha colaboração na EPER dois anos antes do seu encerramento: por isso, não disponho de dados sobre os últimos anos da sua existência.

Para colmatar essa lacuna e integrar os dados que tenho vindo a organizar, venho desta forma direta pedir a V. Ex.cia a cortesia de disponibilizar para o trabalho que comecei a elaborar os dados possíveis que porventura ainda se conservem nessa Embaixada, relativamente aos anos 1993-96. Sei que em 1996 se gravou um CD com informações que poderiam ser interessantes para esta minha «fadiga», além de outros documentos que foram entregues no Consulado.

Valerá mesmo a pena?

No mesmo dia 6 (sex 06-04-2018 21:54), José Maria, reagia à comunicação que lhe enviara para conhecimento: *Bravo, Fernando! Esperemos que haja colaboração. Escrevo de Paris...*

Di ben altro tenore, muito diferente, a reação «magoada» de Manuela Borges que, no sábado (sáb 07-04-2018 14:18), escreveu:

Não querendo ser polémica gostaria de saber se por acaso a escola acabou quando tu deixaste de viver em Roma. Que eu saiba oficialmente a escola encerrou já no início do século XXI e talvez em 98 foi considerada sede dos exames de certificação da língua portuguesa. Neste momento não me recordo se foi em 2005 mas quando for a Itália confirmo. Foi apenas nessa altura e depois da autorização do Ministério que entreguei os Livros de Termos na Embaixada assim como o CD que erradamente dizes ter sido feito em 96 e que eu já te disse que se quiseres uma cópia te posso mandar. Fiquei muito surpreendida com esta carta pois talvez não te recordes que as caves da Embaixada ficaram alagadas e muita coisa da Escola se perdeu. Penso que o atual responsável e a própria Isabel, substituta da Enrica, que é quem trata das declarações dos alunos, quando eles precisam, não tenham conhecimento de tal facto. Não sei nem me interessa saber o que estás a pensar fazer. Eu dei a minha colaboração à Escola sem pensar em política mas apenas porque sempre achei que devemos dar uma

oportunidade às pessoas de subirem na vida, sempre achei que tanto preciso da empregada doméstica, uma pessoa como eu, como do médico ou do advogado e por isso sempre tratei as pessoas de igual modo. Há dias fui jantar com o grupo do Ministério que nos vinha fazer ações de formação e foi muito bom recordar o passado sem qualquer rancor. Também encontrei um certo Dr. Tolentino de Cabo Verde que me reconheceu e se fartou de elogiar o nosso trabalho contrariamente aos cabo-verdianos, Dulce incluída, que num encontro em Roma se lamentaram que a Escola os obrigava a estudar em português e não em crioulo e se seguia o programa das escolas portuguesas. Quando depois fui convidada pela Maria José para ir à condecoração e lhe falei disso a resposta foi que não pensasse pois tinha sido tudo uma parvoíce. Desculpa o tom em que te escrevo, mas fiquei um bocado magoada com esta tua atitude. Um abraço

Dado o teor da estranha reação de Manuela Borges, e atendendo à sua «gravidade», respondi, passadas menos de três horas (sáb 07-04-2018 16:58), mesmo achando que talvez fosse melhor esperar, para refletir e responder mais apropriadamente às suas palavras, pois tratava-se efetivamente de um balde de água fria no «entusiasmo» (ou ingenuidade?) com que me dedicava à tarefa.

*Caríssima Manuela,
Quem deve pedir desculpa, sou eu.*

Querendo dizer muito em poucas linhas, no pedido ao Consulado, referi apenas o essencial para delimitar o período relativamente ao qual solicitava informação e justificar o facto de ser eu a fazer esse pedido. E, honestamente, sinceramente – me sejam testemunhas santos e demónios – estava convicto de que a EPER terminou, como escola, em 1996 (não estava em questão explicar quem, depois de 1994, como digo no texto, conduziu o barco até ao fim – suponho que a Isabel e tu, e... mais alguém?). Até hoje sempre me constou que houve sessão de encerramento e entrega da documentação ao Consulado, em CD. Depois, seria o Consulado a passar os certificados, mas não sabia que pelo menos formalmente a Escola se manteve viva. Regozijo-me com isso.

Dás a impressão de julgares que eu estaria a alimentar alguma polémica: francamente, Manuela! Já não tenho idade para isso. Lembrei-me de abrir os dossiês onde fui guardando papelada e cópia de praticamente todos os documentos, sobretudo dos anos em que fui responsável, nomeadamente sobre o processo de desalojamento do Instituto, e tenho estado a trabalhar nisso: lidos hoje, esses documentos dão razão àquilo que escreves: os emigrantes, pessoas humildes, mereciam naquela altura que a Embaixada tivesse tido uma outra atitude em relação à Escola. Depois, há atas que dá

gosto ler... Continuo a pensar que é uma pena ainda não ter sido escrita uma verdadeira História da EPER, mas eu não sou a pessoa indicada para o fazer: não sou historiador – embora todos possam escrever histórias, ou estórias... Num dos nossos anteriores contactos, por esta via, fiquei com a ideia de que não podias disponibilizar o CD, mas devo ter lido mal.

Tendo em conta o que escreveste, sem razão objetiva para te sentires magoada, penso que tu serias a pessoa indicada para completar a documentação que tenho, com informações e impressões que serão certamente preciosas se algum dia todo este acervo que digitalizei e tenho estado a organizar em «racconto» cronológico vier a ser disponibilizado para quem quiser ler, especialmente quem acompanhou ou viveu as «peripécias» e a epopeia da EPER. Que te parece?

O envio do pedido ao Consulado a ti e ao José Maria tinha também uma segunda intenção, para além de dar a conhecer esta minha diligência: como encontrei entretanto outros boletins da AEPER, queria informar que me faltam os dois que refiro – 4 e 10 (se os tenho, devem estar bem camuflados noutros faldoni que conservo, não relacionados com a Escola).

De novo, Manuela, desculpa o involuntário mal-entendido, e... começa a buttar giù esse último (ou últimos) capítulos! É bom recordar.

Um abraço, fp

*** **

A longa mensagem enviada à antiga diretora da EPER, que normalmente suscitaria pelo menos uma linha de resposta, não lhe mereceu qualquer reação... Um *silenzio assordante*, que obriga a perguntar por que razão não disponibilizou o CD, por que é que até receber cópia da mensagem enviada aos Serviços Consulares, quase dois meses depois do prazo indicado para espera (11 de fevereiro), nada disse sobre a prometida «busca», na casa italiana de Pianella, dos boletins da AEPER em falta, por que não reagiu ao convite para escrever a parte final desta *história* da EPER, por que...

Pelo contrário, bem diferente foi a atenção que o pedido recebeu por parte dos Serviços Consulares da Embaixada de Portugal em Roma (coerentemente com a tradição de *bem servir o País* que já os caracterizava na década

de 80 do séc. XX – não só no tempo do Dr. José Manuel Pessanha Viegas, como se poderá ver nos capítulos centrais desta narrativa.

No dia 9 de abril, ao fim da tarde, durante meia hora, a senhora Ministra Conselheira da Embaixada, Dr.^a Florbela Paraíba, encontrando-se em Roma só desde agosto de 2017, recolheu previamente todas as informações para dar resposta à questão colocada por correio eletrónico e tomou ela a iniciativa de telefonar. Em demorado e agradável colóquio, confirmou que, infelizmente, não havia muito a comunicar: conserva-se o CD relativo aos Livros de Termos, os livros da Escola terão sido oferecidos ao próprio IPSAR, a uma das universidades estatais romanas (*Roma TRE*) e à Universidade de Viterbo. Entre a documentação relativa à EPER que continua a ser conservada em Roma, além de listagens dos

alunos com dados pessoais, a responsável da Embaixada encontrou os nomes dos professores Gianni Agostinelli e Giuliano Montelatici [ambos lecionaram a disciplina de Italiano no Curso Complementar: o primeiro, em 1988; Montelatici, jornalista da Rádio Vaticano, possivelmente em 1991-92). Acrescentou ainda que a documentação deveria já ter sido en-

viada para o Ministério da Educação ou dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, mas preferiu-se aguardar para a hipótese de haver requerimentos de certificados por parte de antigos alunos da EPER – o que, nos últimos tempos, como é compreensível, «não tem acontecido». Em concreto e acerca de documentos, nada mais havia a comunicar.

Resumindo e concluindo

Esta é uma história real, não romanceada, aliçada na cópia fiel dos documentos autênticos que permaneceram "adormecidos" nos já aludidos *faldoni* (dossiês) e de lá "saltaram" para aqui num metamorfósico "pulo" de ressurreição que a digitalização permite: em corpo e alma, no caso de cópia eletrónica (aqui "acomodados" em tamanho reduzido), ou de transcrição textual, por economia de espaço, conservando no entanto a versão completa dos textos digitalizados (sempre nas dimensões originais conservadas nos respetivos ficheiros). Os papéis voltam para os seus "caix(ot)ões" na mesma (des)ordem em que lá se encontravam...

Repita-se o propósito que presidiu a esta fadiga: disponibilizar uma documentação que não era legítimo manter embalsamada, inacessível, um verdadeiro manancial de dados que espelham e, provavelmente, "falarão" ainda hoje a muitas pessoas. Onde estarão elas, decorrido quase um quarto de século, que farão hoje as centenas de pessoas – alunos e professores – que de alguma forma estiveram ligadas à EPER? Até que ponto a EPER influenciou a vida ou determinou o futuro de algumas delas? Muitos dos antigos professores tornaram-se figuras "importantes", exercendo cargos de relevo e grande responsabilidade no panorama cultural e religioso (eclesiástico) de Portugal. Essa seria uma pesquisa interessante e tema bastante para um segundo *Livro* sobre a EPER...

A todas essas pessoas é dedicado este esforço de fazer "renascer" do leito onde jaziam adormecidas milhares de folhas e de as reunir neste calhamaço, ousando reivindicar para o efeito improváveis critérios histórico-jornalístico-cronológicos, depois de ter digitalizado/aproveitado... TUDO, pois o valor das coisas é em grande parte subjetivo, dependendo da importância que cada um lhe atribuir. A este propósito e para sublinhar o referido "propó-

sito", é um prazer convidar a ler o texto de um conhecido Historiador, intitulado *TEMPO E MEMÓRIA: "O historiador é um manipulador do tempo. Prende-o num campo ou castelo de palavras. E qualquer um o desperta da mortalha das letras, como lembra João de Barros, com a luz dos olhos ou o chamar da voz."*⁸

Depois de ter conscientemente aproveitado tudo o que se conserva no «meu» *baú de memórias*, assumo as consequências desta opção: alguns capítulos serão (muito) mais longos do que outros; alguns documentos poderão parecer desnecessários, descabidos ou inúteis, e as lacunas, mais ou menos visíveis, deverão ser preenchidas com uma oportuna e sábia capacidade de dedução e, espero, com bom intuito e perspicácia.

A modéstia das capacidades e preparação do Autor, comparadas com o nível académico de outros protagonistas dos momentos narrados nos capítulos deste trabalho, é visível já a partir destas linhas de apresentação/enquadramento da obra humilde que aqui se apresenta. Dessa pobreza e insuficiência se declara desde já a perfeita consciência e se implora vênica e compreensão por parte de quem a vier a ler: não se trata de uma História truncada, interrompida, mas apenas incompleta, restrita a um espólio documental que, embora insuficiente para uma narrativa exaustiva da instituição que há 25 anos interrompeu a sua atividade de escola com alunos e professores a interagir, a trabalhar, a partilhar a vida numa sede própria, mesmo que precária, revela o essencial do seu valor e da sua grandeza num percurso que, como a documentação aqui revelada, terá porventura cedo demais interrompido a sua parábola existencial.

⁸ BORGES COELHO, António, *História e oficiais da História*, Caminho, Lisboa 2020, pp. 13-17. Integral, no anexo «ABC-ManipuladorDoTempo-JL1319»

Um Addendum necessário

Este *acrescento* antecipa considerações e abordagens que serão esplanadas no corpo deste trabalho. Remonta às origens da EPER e ajuda a entender o contexto (político e «cultural», no sentido abrangente do tempo) em que surgiu a EPER. Embora não assinado, o pedido-denúncia dirigido à *RAI-RadioTelevisione Italiana* por alguns elementos da oposição ao regime de Salazar ativos em Roma, integrando um dos núcleos europeus ligados à *Acção Socialista* (depois, Partido Socialista), revelam a percepção e a forma como (não) entendiam a ação da Igreja, nomeadamente através do Instituto, aqueles que em Roma lutavam pelo fim do fascismo em Portugal. Eis a transcrição do documento, intitulado:

Memorandum

Siamo a conoscenza che la RAI-TV ha realizzato, nei giorni 10 e 11 del corrente mese, un servizio sull'Istituto Portoghese di S. Antonio in Roma. Per questo motivo ci permettiamo di richiamare la vostra attenzione sui seguenti punti:

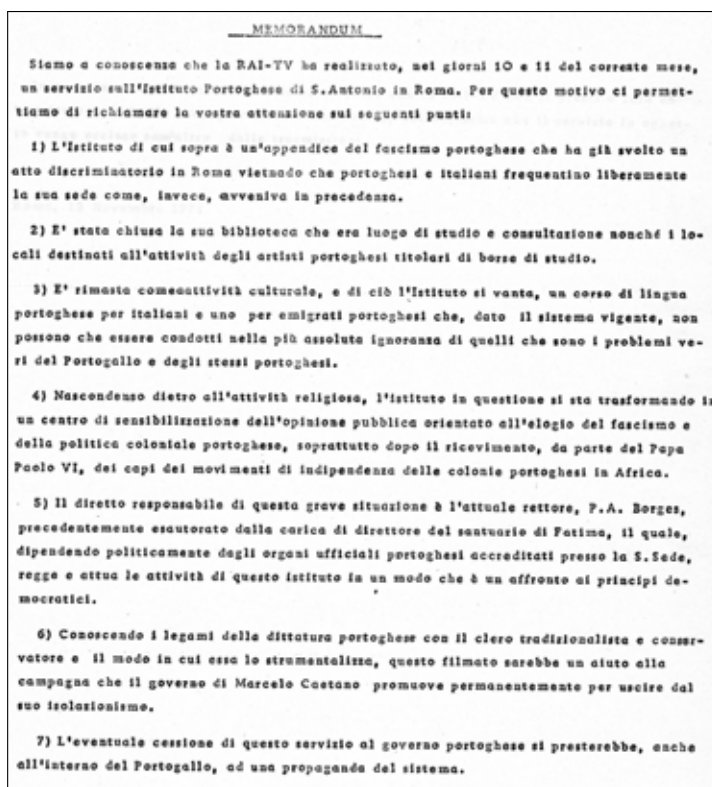
1) *L'Istituto di cui sopra è un'appendice del fascismo portoghese che ha già svolto un atto discriminatorio in Roma vietando che portoghesi e italiani frequentino liberamente la sua sede come, invece, avveniva in precedenza.*

2) *È stata chiusa la sua biblioteca che era luogo di studio e consultazione nonché i locali destinati all'attività degli artisti portoghesi titolari di borse di studio.*

3) *È rimasta come attività culturale, e di ciò l'istituto si vanta, un corso di lingua portoghese per italiani e uno per emigrati portoghesi che, dato il sistema vigente, non possono che essere condotti nella più assoluta ignoranza di quelli che sono i problemi veri del Portogallo e degli stessi portoghesi.*

4) *Nascondendosi dietro all'attività religiosa, l'istituto in questione si sta trasformando in un centro di sensibilizzazione dell'opinione pubblica orientato all'elogio del fascismo e della politica coloniale portoghese, soprattutto dopo il ricevimento, da parte del Papa Paolo VI, dei capi dei movimenti di indipendenza delle colonie portoghesi in Africa.*

5) *Il diretto responsabile di questa grave situazione è l'attuale rettore, P. A. Borges,⁹ precedente-*



⁹ – Mons. António Antunes Borges, nasceu na freguesia da Barreira (Leiria) a 1 de fevereiro de 1910, frequentou o Seminário de Leiria e chegou a Roma em outubro de 1930, para frequentar, durante 7 anos, a Faculdade de Filosofia e Teologia na Universidade Gregoriana. Ordenado sacerdote aos 26 anos, em 1937 foi nomeado Reitor do Pontifício Colégio Português de Roma mas em 1939 regressa a Portugal para ser professor (e ecónomo) no Seminário de Leiria. Em 1943 é nomeado cónego da sé catedral, mas Roma e o Vaticano voltam a estar no caminho de Mons. Antunes Borges: em 19/5/1953 é nomeado reitor do Instituto de Santo António dos Portugueses – não do Colégio, mas do Instituto Português de Santo António de Roma [IPSAR], uma nomeação "política" – cargo que exerce até 1959, quando é chamado pelo bispo D. João Pereira Venâncio para assumir o cargo de Reitor do Santuário de Nossa Senhora de Fátima. Até finais de 1970 "*dedica-se de alma e coração ao santuário mariano de que é o mais direto administrador, fazendo acontecer significativas mudanças*"... Três anos depois das celebrações do Cinquentenário, em

mente esautorato dalla carica di direttore del santuario di Fatima, il quale, dipendendo politicamente dagli organi ufficiali portoghesi accreditati presso la S. Sede, regge e attua le attività di questo istituto in un modo che è un affronta ai principi democratici.

6) Conoscendo i legami della dittatura portoghese con il clero tradizionalista e conservatore e il modo in cui essa lo strumentalizza, questo filmato sarebbe un aiuto alla campagna che il governo di Marcelo Caetano promuove permanentemente per uscire dal suo isolazionismo.

7) L'eventuale cessione di questo servizio al governo portoghese si presterebbe, anche all'interno del Portogallo, ad una propaganda del sistema.

Ciò detto, una trasmissione televisiva che elogiasse una istituzione quale l'Istituto dei Portoghesi che ha tradito i fini per cui era stato istituito ponendosi al servizio della propaganda della dittatura fascista portoghese, può soltanto contribuire alla continuazione dell'oppressione mentale e sociale dei lavoratori portoghesi ed è, soprattutto, una mossa della politica portoghese in campo Internazionale.

In considerazione di tutto ciò e nella certezza che la RAI-TV non si presti a fare da tramite a una simile propaganda antidemocratica, sollecitiamo che il servizio in oggetto venga escluso senz'altro dalle trasmissioni.

Roma, 15 novembre 1971

*** **

Caríssima Camarada

Essa «leitura» da realidade romana ligada à atividade da Igreja e, concretamente, ao Instituto de Santo António, não caracterizou apenas os anos que precederam o fim da ditadura em Portugal, e veio naturalmente a incluir nessa visão enviesada também a Escola, que tinha sido acolhida no IPSAR precisamente no ano em que foi escrito o *Memorandum* e, concretamente, pelo Reitor nele injustamente denegrado. Com a data de 1977, sem assinatura e dirigida a uma anónima «*Caríssima camarada*», o documento seguinte terá quase certamente tido origem no âmbito da atividade desenvolvida pelos referidos «opositores» ao então agonizante regime de Salazar-Caetano. Quem aqui escreve não se sente autorizado nem competente para tecer considerações sobre esta outra «pedra» do mosaico, que coloca sob uma luz diferente (estranha, se encarada com o olhar de hoje) os «primórdios» da EPER, sobre os quais não dispõe de outra informação para além dos relatórios e memoriais que leremos a partir do primeiro capítulo. Mantendo o princípio de nada ocultar nem alterar da documentação conservada relativa à EPER, este documento «cai aqui mal», vendo-se claramente que nasceu num contexto tendencioso e/ou desinformado, mas pode também ser interessante conhecer essa outra dimensão da «comunidade» e do ambiente político antes do



1967, abrilhantadas pela visita de Paulo VI, Mons. Borges, a pedido do Episcopado e convidado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, volta à cidade Eterna (22/12/1970) onde permanece até março de 1975, quando regressa definitivamente a Portugal. (Cf. ANTÓNIO BORGES DA CUNHA E ANTÓNIO ANTUNES FRAZÃO, *Monsenhor Antunes Borges – Vida e Obra*, Hora de Ler, Leiria 2019, pp. 15-35).

É nesta terceira "missão" cumprida em Roma, nos anos que precederam o derrube do regime de Salazar, que Mons. Borges abre as portas do IPSAR à EPER, autorizando-a a ocupar, progressivamente, para o seu funcionamento, durante a semana, algumas das suas salas, no rés-do-chão e, mais tarde, na Biblioteca. Não consta que tenha havido intenção ou aproveitamento "político" nessa decisão, quando a sede (e, sobretudo, as rendas) do Instituto era "reivindicada" por ambas as as Embaixadas... Os Estatutos do IPSAR, como veremos oportunamente, tinham sido elaborados no início da década de 50.

retorno da democracia a Portugal. Acrescente-se, sem ambiguidades, que o autor destas linhas é a pessoa cujo nome aparece mencionado na carta, que portanto conhecia, ou foi contactado por quem a dirigiu a essa sua interlocutora, supostamente em Portugal, e se predispôs a colaborar com ela – *de boa mente colaborou e está disposto a colaborar comigo neste campo* – lê-se na carta: colaborar e ajudar estava no DNA de quem, porém, desconhecia a destinatária da carta. A sua colaboração terá provavelmente consistido em fornecer-lhe uma "apreciação geral" da Escola, que era partilhada e foi elaborada também por outros leigos que se opunham ao regime político em vigor em Portugal e eram colaboradores da Escola.

O tom crítico que transparece no documento em relação ao predomínio das atividades religiosas revela as preocupações dos seus redatores que consideravam incompatível o funcionamento de uma verdadeira "escola" com o caráter obrigatório e predominante dessa componente da assistência à comunidade portuguesa. Na realidade, tratava-se de respostas diversas que eram propostas aos emigrantes: uma, quase exclusivamente de caráter religioso, no sulco de uma tradição que se ficava apenas por isso; a outra apostava decididamente na formação escolar como resposta às preocupações dessa comunidade. Essas duas propostas tinham em teoria os mesmos objetivos e os mesmos destinatários mas, considerando as características da comunidade, com tempos livres limitadíssimos para a sua fruição (duas tardes por semana), eram objetivamente incompatíveis e, apesar de não quererem, estavam em concorrência: os institutos que ofereciam exercícios de piedade e retiros estavam certamente a cumprir a sua missão mas, ao pretenderem identificar-se com uma escola – ainda em embrião – dificultavam ou impediam que ela surgisse de facto, obrigando-a a ocupar um lugar secundário relativamente à outra legítima oferta de "respostas" religiosas para os tempos livres dos emigrantes, ou melhor, das emigrantes, pois a componente masculina da comunidade, então muito reduzida, não frequentava esses centros. É necessário acrescentar que a componente da formação e prática religiosa esteve sempre marcadamente presente na EPER, seja porque a maioria dos alunos a aceitavam, como se verá (apesar da escassa frequência da missa dominical), seja pelas características de fundação e funcionamento da própria escola, em ambientes eclesiais e com um corpo docente formado preponderantemente por membros do clero.

Este longo preâmbulo propõe-se apenas oferecer uma chave de leitura para o documento. Escrevia, no dia 7 de março de 1977, a autora (no feminino, pois a missiva terminava com «*saudações amigas da camarada*»), de uma carta que perguntava, em *Post-scriptum* acrescentado em anotação manuscrita: «*Poderíamos ser informados sobre o que se pensa fazer do Instituto?*»

Roma, 7 de março de 1977. ção o permite.

Caríssima Camarada, Respondo à sua carta que acuso ter recebido há já algum tempo, mas que só agora me é possível responder.

Quanto aos elementos sobre o instituto de Santo António que me pedia, procurei recolher o maior número de dados possível, e redigi, com a ajuda do Fernando, que de boa mente colaborou e está disposto a colaborar comigo neste campo, o breve relatório que lhe mando agora. Decidimos incluir também o relatório preparado pela Silvina para as autoridades governativas, não obstante muitas das afirmações que ela faz sejam vistosamente falsas e tenham em vista "consolidar" posições que pouco a pouco se foram estabelecendo no instituto. Por isso, nos parece, a mim e ao Fernando, urgente solucionar o caso do instituto, enquanto a situa-

Espero a vida política em Portugal tenha gradualmente entrado em mais calma, e que permita inclusivamente ao Partido Socialista dedicar um pouco de atenção aos problemas das parcelas de Portugal espalhadas pelo mundo fora; lamento que o caso do instituto se encontre ainda na mesma situação depois de tantos esforços que resultaram vãos. Atualmente a situação é talvez pior do que antes.

Deixei de me ocupar deste problema, porque notei que o meu trabalho resultava inútil, no entanto declaro-me disposta a retomar as atividades de colaboração de harmonia com as ideias que o Partido Socialista julgar mais oportunas.

Saudações amigas da camarada

*** **

O «relatório» a que aludia a carta era o seguinte e, por sua vez, incluía em anexo cópia do relatório da Escola desse ano, elaborado por Silvina Palmeirim, em 27 de janeiro de 1977, cedido, a título confidencial, por um dos professores da EPER, padre comboniano.

FUNCIONAMENTO ATUAL DO INSTITUTO S. ANTÓNIO

O Instituto de Santo António dos Portugueses em Roma, segundo os elementos recolhidos, funciona atualmente da seguinte maneira: todas as funções relativas à administração e direção do instituto foram assumidas pelo senhor CASTELLANA, antigo "Secretário". A única atividade desenvolvida no Instituto (mas não pelo Instituto; ele, de facto, não exerce qualquer atividade nem promove iniciativa alguma) são as escolas dos ciclos primário, preparatório e secundário; as alunas, cabo-verdianas e portuguesas, inscritas neste ano, como se lê no relatório que incluímos, são 264. Isto não quer dizer que 264 alunos estudem na escola portuguesa de Roma: uma coisa é a inscrição, outra a frequência. Os professores, na maioria estudantes seminaristas, padres (jesuítas) e freiras, são cerca de 30. À frente da escola – como "Professora, coordenadora, secretária, tesoureira e livreira"... – encontra-se Silvina Palmeirim. As salas disponíveis destinadas a receberem as alunas, de per si já exíguas, frias e escuras, não são suficientes, pelo que algumas disciplinas são dadas em outras instituições, como na Clínica Madonna di Fatima (escola para as alunas internas, que são empregadas oficialmente em Roma, porque "postulantes") e, aos domingos, nas Ursulinas de Verona, em Piazzale Clodio, além das lições que se dão na garagem-capela TRA NOI de Via Sicilia, para as cabo-verdianas.

FUNCIONAMENTO ACTUAL DO INSTITUTO S. ANTÓNIO

O instituto de Santo António dos Portugueses em Roma, segundo os elementos recolhidos, funciona actualmente da seguinte maneira:

Todas as funções relativas à administração e direção do instituto foram assumidas pelo senhor CASTELLANA, antigo "Secretário". A única actividade desenvolvida no instituto (mas não pelo instituto; ele, de facto, não exerce qualquer actividade nem promove iniciativa alguma) são as escolas dos ciclos primário, preparatório e secundário; as alunas, cabo-verdianas e portuguesas, inscritas neste ano, como se lê no relatório que incluímos, são 264. Isto não quer dizer que 264 alunos estudem na escola portuguesa de Roma: uma coisa é a inscrição outra a frequência. Os professores, na maioria estudantes seminaristas, padres (jesuítas) e freiras, são cerca de 30. À frente da escola – como "Professora, coordenadora, secretária, tesoureira e livreira"... – encontra-se Silvina Palmeirim. As salas disponíveis destinadas a receberem as alunas, de per si já exíguas, frias e escuras, não são suficientes, pelo que algumas disciplinas são dadas em outras instituições, como na Clínica Madonna di Fatima (escola para as alunas internas, que são empregadas oficialmente em Roma porque "postulantes") e, aos domingos, nas Ursulinas de Verona em Piazzale Clodio, além das lições que se dão na garagem-capela TRA NOI de Via Sicilia, para as cabo-verdianas.

A possibilidade de receber lições e assistir às aulas é infelizmente condicionada à assistência religiosa, que constitui o fim principal, nem sempre declarado, de todas as actividades ali desenvolvidas. As horas de aula são por

A possibilidade de receber lições [aulas] e assistir às aulas é infelizmente condicionada à assistência religiosa, que constitui o fim principal, nem sempre declarado, de todas as atividades ali desenvolvidas. As horas de aula são por exemplo sujeitas quanto ao horário às outras iniciativas de carácter religioso como sejam celebrações, pias reuniões, encontros, retiros, passeios a santuários, festas, etc. As horas ou dias de escola que coincidem com tais iniciativas são abolidas. Compreende-se o peso de tais condicionamentos e da redução do número de lições, numa situação em que o tempo é já extremamente limitado: 2 ou 3 tardes por semana. Aos domingos, o Instituto permanece fechado, sendo toda a atividade transferida para os

outros centros de assistência religiosa. Escusado será acrescentar que a maior parte do espaço de que dispõe o Instituto é constituído por apartamentos alugados, cuja renda se presume que vá juntar-se aos já abundantes recursos da Embaixada de Portugal junto da Santa Sé, da qual o Instituto depende atualmente. Além disso, a Biblioteca encontra-se hermeticamente fechada, sendo possível consultar livros somente a alguns professores, mesmo estes após especiais licenças burocráticas (de Castellana). Consta, por fim, que se encontram atualmente instalados no Instituto, na qualidade de bolseiros, dois homens e uma mulher.



Os ambientes do Instituto servem exclusivamente para as lições orais do programa escolar. Não existem quaisquer outras atividades, de carácter cultural, recreativo ou social, enquanto seriam precisamente iniciativas deste género as que melhor proporcionariam à colónia portuguesa residente em Roma (e não apenas a quem frequenta a escola), assim como a quem, chegados de recente a Roma, não encontram qualquer ponto de contacto na sociedade italiana, a possibilidade de acompanhar ou desenvolver atividades de promoção a todos os níveis, criando em Roma um espaço cultural português vivo. Faltam também à escola os instrumentos necessários (biblioteca, laboratórios, salas de estudo, de leitura, publicações portuguesas, discos e material cultural vário) para poder desenvolver adequadamente os programas do curriculum escolar. Não analisamos o relatório que incluímos em anexo, embora ele nos tenha sugerido algumas considerações, com respeito a numerosas afirmações falsas ou tendenciosas, como sejam sobretudo o elenco dos títulos dos professores (todos mais ou menos classificáveis com o atributivo de seminaristas) e da situação financeira: para que servem os contributos prestados senão para interesses pessoais? Os porteiros são pagos pela embaixada e de facto não trabalham aos domingos; aos professores são as próprias alunas que pelo Natal, Páscoa e fim do ano oferecem a quantia que pensam justa, pelo que aquelas frases das gratificações soam bastante fora de lugar, tanto mais que nos outros institutos não há porteiros a quem fazer gratificações [*acrescentado à mão*: «Para os livros, cada aluna pagou 10.000 liras».]

O facto, pelo contrário, dos cerca de 30 professores serem estudantes seminaristas, sacerdotes ou freiras – em particular na própria direção da escola: Silvina, como se sabe, além de "preside" do instituto, é superiora de um novo instituto religioso por ela fundado, do qual fazem parte dois elementos, mas que por esse facto dispõem já de contributos suficientes do Vaticano para conduzirem uma vida desafogada – conferem a toda o ambiente do instituto um carácter demasiadamente clerical (professores leigos não foram aceites), o que contrasta com as exigências de objetividade no tratamento de certas matérias escolares e com o carácter de aconfessionalismo que deveria (deve?) caracterizar a escola portuguesa depois do 25 de Abril. Isto, sem falar do nível, digamos, de seriedade, que certamente não é muito elevado.

É lamentável que uma estrutura como o Instituto de Santo António, pela posição central que ocupa e pelas suas características, que podia tornar-se facilmente num verdadeiro centro de cultura e presença portuguesa em Roma, aberto a todas as instâncias da comunidade portuguesa residente em Roma e às solicitações do mundo cultural e social italiano, não seja adequadamente utilizado para tais finalidades. Permanece, pelo contrário, isolado, anacronisticamente fechado nas suas glórias e privilégios do passado, não permitindo qualquer intercâmbio ou iniciativa que não seja de carácter religioso ou de elite (como a Exposição de pintura portuguesa realizada no ano passado para especialistas ou para burocratas das embaixadas). Sobretudo, porque, em Roma, não existem alternativas a este centro: como se sabe, "presenças clericais" em Roma não faltam, a todos os níveis; quanto à comunidade "leiga"... é como se não existisse.

Cópia da carta, das três páginas e meia do "relatório" e do *Memorandum* de 1971 podem ser abertos no anexo «*Carissima Camarada-Infor-IPSAR-1971-77*». O *RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO 1º TRIMESTRE (1976/77)* abre a página relativa ao ano de 1976/77, no primeiro capítulo, e pode também ser lido na *cópia carbone* (papel químico) em que foi elaborado, juntamente com o relatório do ano seguinte (1977-78, redigido em Lisboa, a 29 de dezembro de 1977) e a versão do estatuto em vigor até 1/10/1978» «*Relatorios Atividades periodo 76-77 e 77-78 - Estatutos ate 1out78*».

*** **

Esta documentação deve obviamente ser contextualizada e enquadrada no tempo e no espaço. Dessa atividade "política" só restam estas «lápides», as quais poderão avivar a memória de quem, no estrangeiro, viveu diretamente aqueles tempos difíceis, primeiro, de oposição ao «Estado Novo» e de luta pela mudança de regime e, depois, por um Portugal melhor, reivindicando condições de vida digna e de um futuro mais promissor para as comunidades portu-
gue-

sas que viviam fora da pátria,¹⁰ – independentemente da "povera prosa" enviada para Lisboa, com os seus exageros e as suas imprecisões ou enviesamentos "político-partidários".

Como se disse antes, esse documento está recheado de idealismo, incorreções e generalizações indevidas, mas não será justo apoucar o valor e, muito menos, «condenar» *a posteriori*, os esforços daqueles que, nas circunstâncias concretas de vida em Roma, cometeram certamente erros de análise e perspetiva, mas ajudando em boa-fé a informar, de longe, quem, em Lisboa, tomava decisões políticas. Objetivamente, o relatório apresenta uma visão limitada da realidade mas enquadra-se no desejo e na tentativa de tornar o Instituto Português de Santo António em Roma numa estrutura ao serviço de toda a comunidade portuguesa, no sentido «democrático» que continuava ainda a ser «proclamado» por uma parte das forças políticas protagonistas da Revolução dos Cravos – *para o povo, não para as «élites»* – reivindicando a sua desvinculação da Embaixada junto da Santa Sé, isto é, da Igreja, o que era, obviamente, uma utopia, denotando até uma certa "ignorância" relativamente aos compromissos e condicionamentos jurídicos derivados dos estatutos do IPSAR, mas que foi uma ambição claramente prosseguida pela "outra Embaixada".

Esta questão, à qual se aludirá mais à frente, só indiretamente tem cabimento nesta História, sendo tema para outra "investigação", mas estas páginas, simplesmente porque ainda se conservam – aqui, e quem sabe se dormindo, ainda esquecidas nalgum outro arquivo –, têm certamente interesse «histórico» e, neste caso, serão preciosas por se referirem explicitamente às origens da EPER.



10 – O contacto com membros do núcleo da Ação Socialista em Roma, coordenado por Tito de Moraes, esteve relacionado, no caso do autor destas letras, com a decisão de solicitar asilo político em Itália, exprimindo o repúdio pela guerra colonial (em plena *Agonia do Monstro Lusitano*). Decidido a concluir os estudos universitários (Curso de Sociologia na Universidade de Roma *La Sapienza*), antes do possível regresso a Portugal, como resposta ao não deferimento do pedido de adiamento da incorporação militar, corroborado com carta pessoal dirigida ao ditador, tornou-se necessário recorrer às instâncias partidárias para que as autoridades policiais italianas aceitassem um pedido de asilo apresentado pelo cidadão de um país onde alegadamente não haveria perseguição política... Assim, numa gélida noite de novembro de 1971, dois Carabinieri acompanharam de comboio este *richiedente asilo* até ao Centro de acolhimento de refugiados de Padriciano, junto à fronteira com a Jugoslávia.